## LEI N. 697, DE 12 DE JUNHO DE 1915.

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Le-

gislativa decretou e eu sanccionei a seguinte lei:

Art. 1. Fica autorisado o Poder Executivo para, em execução da Lei n. 636, de 8 de Julho de 1913, nomear os Juizes de Paz e Supplentes do districto do Registro do Araguaya, séde do municipio do mesmo nome, afim de que tenham lugar, em dia que designar, as eleições para preenchimento effectivo dos cargos electivos do referido municipio e seus districtos.

Art. 2. Rev gam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e taçam cumprir fielmente.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabà, 12 de Junho

de 1915, 27.º da Republica.

(L S.) Joaquim A. da Costa Marques. Joaquim P. Ferreira Mendes.

Foi selleda e publicada a presente lei nesta Secretaria do Governo em Cuyabá, aos doze dias do mez de Junho de mil novecentos e quinze.

O Director, Jayme Joaquim de Carvalho